

FIGURAS NEGRAS NOS ESCRITOS BRASILEIROS DO PERÍODO COLONIAL

Jean Marcel Carvalho França¹

A wide view of the negro presence in the main writings produced in Brazil during the colonial period, this essay dispassionately maps out the works of José de Anchieta, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, Ambrósio F. Brandão, Frei Vicente do Salvador, Antônio Vieira, Gregório de Mattos, André João Antonil, Rocha Pita, Frei Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto. In the process, the frequency with which Africans and Afro-Brazilians are mentioned in these authors' works and what figures they are given when called to the literary stage are detected.

1. Os primeiros esboços

Apesar de compor uma larga parcela da população colonial, os "africanos, as mãos e os pés do senhor", como dizia Antonil (p. 39), não mereceram, durante os três primeiros séculos que sucederam o descobrimento, grande atenção dos nossos homens de letras. Pode-se dizer, no entanto, que os escritores desse período, muito ou pouco, não deixaram de fazer pequenas referências aos indivíduos de raça negra. Já José de Anchieta, nos escritos produzidos a partir de 1584, oferece-nos algumas notas acerca da ainda recente presença do africano em solo brasileiro. São, na sua maioria, descrições breves, que se limitam a constatar a existência do elemento negro inserido no vasto grupo dos que deviam ser conquistados e assistidos pelos catequizadores. Nas *Informações do Brasil e de suas Capitanias* (1584), o jesuíta, ao relatar as ocupações diárias dos padres da Companhia, afirma:

na (...) Capitania de Pernambuco há muitas fazendas e alguns 60 ou mais engenhos de açúcar a três, quatro, cinco e oito léguas por terra, cada um dos quais é uma boa povoação com muita gente branca, Negros de Guiné e Índios da terra. A todos estes acodem a Companhia com pregações, doutrinas e confissões (...). (Anchieta, p. 326)

No parágrafo seguinte, o mesmo gênero de comentário é feito acerca da Baía:

... além da cidade, há nove freguesias e alguns 40 engenhos a 4, 8 e 12 léguas por mar e por terra, cheios de Portugueses, Índios da terra e Negros de

Guiné, a que os padres acodem com seus ministérios (...). (p. 326)

Em um relato do mesmo ano, *Informações dos primeiros aldeamentos da Baía*, relato dedicado, em grande parte, a analisar os progressos da catequese dos índios da terra, Anchieta aborda longamente o problema da escravização dos gentios e da conseqüente diminuição da sua população. Segundo o jesuíta, “a situação era tal nessa Capitania”, que os engenhos e fazendas “estavam cheios de negros de Guiné, e mui poucos da terra” (...) (Anchieta, p. 386). Mais à frente, em meio a uma série de exemplos destinados a destacar o contributo das aldeias indígenas para o povoamento e defesa das cidades, o Padre narra o seguinte caso de insubordinação negra:

Quando os negros de Guiné alevantados deram em casa de Cristóvão de Aguiar, e lhe mataram dois homens, e lhe roubaram sua fazenda, estes Índios acompanharam a Cosme Rangel e a Diogo Dias da Veiga, que foram a eles, e os destruíram, matando alguns e tomando outros que deram a seus senhores, e depois disso por mandado do dito Cosme Rangel andou um português por nome Inofre Pinheiro com Índios das igrejas buscando e espianando os negros de Guiné alevantados, que há por esta Baía, e deu neles, de que tomou muitos, que se deram depois a seus senhores, e onde quer que acham negros de Guiné fugidos, os tomam e trazem a seus donos; por onde os negros dizem, que se não foram os índios das aldeias, que já eles foram forros, e a terra fora sua, mas que os índios os desbaratam. (p. 387)

O africano retorna a mais dois escritos de Anchieta: *Breve narração das coisas relativas aos Colégios e Residências da Companhia nesta Província Brasília, no ano de 1584* e *Informação da Província do Brasil para nosso Padre*, de 1585. O primeiro, como indica o título, relata a vida dos colégios da Companhia no Brasil, destacando o trabalho catequizador desenvolvido pelos padres residentes. A menção aos africanos surge junto a um comentário

acerca das missões que desenvolviam os religiosos nas fazendas e nos engenhos do recôncavo baiano:

O método que se adota nestas missões é ensinar e explicar a doutrina cristã aos Índios e Africanos reunidos em um lugar, batizar, ouvir-lhes as confissões, separá-los das concubinas e sujeitá-los às leis do matrimônio: o que nesta província é trabalho quotidiano, necessário e utilíssimo à salvação das almas. (p. 407)

Mais adiante, ainda referindo-se às missões, o jesuíta informa que a Companhia tinha admitido como Irmão um “habilíssimo jovem” versado na língua dos “negros de Guiné”, o que muito iria colaborar para a intensificação do trabalho de conversão do africano (cf. p. 410). O segundo relato traz algumas notas sobre as várias regiões do Brasil e descreve as atividades aí desenvolvidas pelos padres da Companhia. Através desse escrito, ficamos a saber, por exemplo, que as Capitânias da Baía, de Pernambuco e do Rio de Janeiro contavam com, respectivamente, 3.000, 10.000 e 100 africanos nas cidades, nos engenhos e nas fazendas fixados em seus domínios e que os colégios da Companhia não prescindiam dos serviços de alguns desses escravos (cf. p. 417-429).

Da mesma época que os relatos do venerável José de Anchieta é a *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, do padre Fernão Cardim. Esse jesuíta desembarcou na Baía, em 1584, na qualidade de companheiro de viagem do padre-visitador Cristóvão de Gouveia. A *Narrativa*, composta no ano seguinte, é um pequeno opúsculo onde o recém-chegado missionário relata ao padre provincial, Sebastião de Moraes, o andamento da *visita* então em curso. Acerca do africano, as referências são poucas. Assim como Anchieta, Cardim dedicou mais atenção aos indígenas e aos portugueses, “fiéis preferenciais” da Companhia; aos negros foram destinadas apenas notas esparsas: dados relativos a sua população na cidade da Bahia e em Pernambuco (respectivamente, 4.000 e 2.000 africanos, segundo o padre); pequenos comentários sobre os avanços na sua conversão:

O padre visitador tratou por vezes com alguns prelados e letrados casos de muita importância sobre os cativos, batismos e casamentos dos índios e escravos da Guiné, de cujas resoluções se seguiu grande fruto e aumento da cristandade depois que chegamos ao Brasil (...). (p. 141; ver ainda p. 144 e 164)

e uma apreciação dos elevados custos que envolvia a utilização da mão-de-obra africana:

A gente da terra (Pernambuco) é honrada: há homens muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu: alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhes morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. (p. 164)

Também da mesma época que as *Informações* do Padre Anchieta é o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, escrito por Gabriel Soares de Sousa. Esse português, que arribou na Bahia em 1569, residiu no Brasil durante dezessete anos e aqui enriqueceu, dedicando-se à lavoura da cana de açúcar. O seu *Tratado* é uma espécie de crônica sobre a grandeza, beleza e fertilidade da terra que o acolheu e que lhe deu fortuna. Sobre os escravos africanos, quase nada se pode extrair de seu texto, muito mais voltado para a exaltação da flora, fauna e geografia local, para o ataque aos padres da Companhia de Jesus que se opunham à escravização dos gentios e para a descrição dos hábitos e costumes desses mesmos gentios. Quando aparecem na sua obra, os então chamados *negros de Guiné* quase se confundem ou com um detalhe da paisagem ou com uma espécie da rica fauna tropical. A título de exemplo, acompanhemos um pequeno trecho em que o lusitano explica o uso que os baianos faziam do milho:

Plantam os Portugueses este milho para manutenção dos cavalos, e criação das galinhas e cabras, ovelhas e porcos; e aos negros de Guiné o dão por fruta, os quais o não querem por mantimento sendo o melhor da sua terra (...). (p. 200)

No referente ao tema que aqui nos interessa, bem mais rico que o *Tratado* é o *Diálogos das grandezas do Brasil por suas drogas e minas*, escrito em 1618 por Ambrósio Fernandes Brandão. O livro, um dos mais interessantes documentos sobre o país produzidos durante o período colonial, é um longo diálogo entre dois amigos, Brandônio e Alviano, onde o primeiro, convicto defensor das virtudes da terra, tenta convencer o segundo, que a tem em péssima conta, do equívoco em que incorre. Dividido em seis partes, nas quais se discutem a terra, o clima, as riquezas, os frutos, a fauna e, por fim, os costumes do país, esse texto é, dos que foram até aqui abordados, o que maior número de informações nos traz a respeito dos *negros de Guiné*. Através dos *Diálogos*, tomamos conhecimento, por exemplo, de que os senhores locais

... fazem suas lavouras e granjarias com escravos de Guiné, que para esse efeito compram por subido preço; e como do que vivem é somente do que granjeiam com os tais escravos, não lhes sofre o ânimo de ocupar a nenhum deles em cousa que não seja tocante à lavoura (...). (p. 33)

Tomamos conhecimento ainda de que, a despeito do elevado preço,

... neste Brasil se há criado um novo Guiné com a grande multidão de escravos vindos dela que nele se acham; em tanto que, em algumas capitâneas, há mais deles que dos naturais da terra (...). (p. 84)

Segundo Brandônio, o interesse dos proprietários em adquirir escravos africanos era tanto, que muitos mercadores compravam negros no cais e os vendiam poucos metros adiante com lucros que chegavam a 85% (cf. p. 141).

Além desses dados mais gerais, encontramos nos *Diálogos* notas curiosas acerca da vida dos negros da Capitania de Pernambuco, notas acerca do seu gosto pelo "vinho de cana de açúcar", de sua grande capacidade regenerativa e do seu interesse por poções derivadas de raízes e plantas. A propósito desse interesse, Brandônio conta que viu um negro "dos de Angola" ser di-

versas vezes mordido por cobras venenosas e não ressentir-se minimamente graças ao fato de ter ingerido um poderoso sumo de raiz (cf. p. 105, 190 e 156). A esse pequeno caso, o narrador acrescenta o seguinte comentário:

... assim como há neste Brasil semelhantes preservativos contra a peçonha, também há muitas árvores e plantas que a dão finíssima, de que os negros de Guiné se aproveitam para matarem de ordinário muitos dos seus semelhantes com ela. (p. 157)

Poucos anos depois dos *Diálogos*, em 1627, o baiano Frei Vicente do Salvador concluiu a sua *História do Brasil* (1500-1627). A *História* consta de cinco livros que, num estilo simples e entrecortado por pequenos casos e ditos pitorescos, descrevem a vida da colônia desde a descoberta até a guerra contra os holandeses na Bahia. Em sua obra, o franciscano, do mesmo modo que Anchieta, Cardim e Soares, pouca atenção dedica aos “negros de Guiné”. Portugueses e índios – esses últimos, denominados “negros” em algumas passagens do texto – são os personagens centrais da sua crônica histórica. No referente aos escravos de África, duas passagens merecem destaque. Na primeira, o frade, ao comentar a importância do trabalho de catequese, chama atenção para o fato de que os gentios, quando doutrinados, organizados em aldeias e assistidos por religiosos, são extremamente úteis

... contra os negros de Guiné, escravos dos portugueses, que cada dia se lhes rebelam e andam saltando pelos caminhos e se o não fazem pior é com medo dos ditos índios, que com um capitão português os buscam e os trazem presos a seus senhores. (p. 285)

Mais à frente, o franciscano retorna ao problema da fuga de escravos negros para pôr em relevo o combate levado a cabo pelo chefe potiguar Zorobabé – a mando do governador Diogo Botelho – contra um mocambo em vias de formação na Paraíba:

... informado o governador que um mocambo ou mangote de negros de Guiné fugidos que estavam

nos palmares do rio Itapucuru, quatro léguas do rio Real para cá, mandou-lhes (Zorobabé e seus homens) que fossem de caminho dar neles, e os apanhassem às mãos, como fizeram, que não foi pequeno bem tirar dali aquela ladroeira e colheita que ia em grande crescimento. Mas poucos tornaram a seus donos, porque os gentios mataram muitos e o Zorobabé levou alguns que foi vendendo pelo caminho (...). (p. 288)

Afora essas duas referências mais substantivas, os negros de Guiné aparecem na *História* de Frei Vicente em quatro outras pequenas passagens, duas delas relacionadas à importação de escravos de Angola para trabalharem nos engenhos locais (cf. p. 61, 356, 361 e 392).

2. Antônio Vieira e Gregório de Matos

Padre Antônio Vieira foi mais generoso no espaço que concedeu em seus escritos a esse significativo contingente da escassa população colonial. O sermonista é o primeiro dos escritores aqui abordados que chama a atenção para o caráter violento, injusto e degradante da escravização dos negros. É verdade que Vieira, coerente com a política apregoada pela Companhia de Jesus, não hesita em defender a importação de escravos de Angola para substituir a mão de obra indígena:

Primeiro; que Sua Alteza por conta da sua Real fazenda, pois não há particulares que o façam, mande meter no Maranhão competente número de escravos de Angola, os quais se vendam por preço moderado aos moradores (...). Este meio é apontado pelo Governador, e Oficiais da Câmara, e aprovado por todos os Conselhos, e juntas, e confirmado com exemplos, e experiência de todo o Brasil, que só cresceu a opulência depois que foi cultivado com tais escravos (...). Segundo, e não menos principal; que o resgate, ou latrocínio dos Índios chamados escravos, totalmente se proíba (...). (1736, p. 110-111)

Tampouco hesita em classificar como vã toda e qualquer medida no sentido de catequizar os negros amotinados em Palmares, pois esses, segundo diz, numa carta escrita no ano de 1691 ao Desembargador do Paço, Roque Monteiro Paim, além de não confiarem nos padres,

... sendo rebelados e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absolto, nem receber a graça de Deus, nem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão de fazer. (1926, t. 3, p. 621)

A única maneira de convertê-los, prossegue Vieira, seria restituir-lhes a liberdade, medida totalmente inviável, já que traria

... a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido o ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outro mais que o próprio corpo. (1926, t. 3, p. 621)

Essas opiniões, no entanto, parecem contrastar com certas posições assumidas pelo eminente pregador em algumas de suas cartas e sermões. No *Sermão do Rosário* (1639), por exemplo, ele tece o seguinte comentário acerca do domínio dos brancos sobre os negros:

... a grande distinção que fazem entre si e os escravos, os que se chamam senhores, é (...) a cor preta. Mas se a cor preta pusera pleito à branca é certo que não havia de ser tão fácil de averiguar a preferência entre as cores, como a que se vê entre os homens. Entre os homens dominarem os Brancos aos Pretos é força e não razão ou natureza. (1921, v. 1, p. 146-147)

Em uma carta endereçada ao padre André Fernandes, escrita em 1652 na Ilha de Santiago, em Cabo Verde, encontra-

mos um comentário complementar a esse de 1639. Ao referir-se aos habitantes da ilha, o pregador afirma:

São todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos europeus. Têm grande juízo e habilidade, e toda a política que cabe em gente sem fé e sem muitas riquezas (...). Há aqui clérigos e cônegos tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais. (1926, t. 1, p. 295)

Também em dissonância com as opiniões expressas nas três primeiras passagens citadas estão as colocações acerca do tráfico de escravos, contidas em dois textos de 1657. No primeiro, o sermonista chega a afirmar que a morte de D. Sebastião em África e o conseqüente cativo a que foi submetido Portugal durante 60 anos era castigo pelos “muitos cativos que na costa da mesma África começaram a fazer os nossos primeiros conquistadores” (1921, v. 2, p. 143). No segundo, *Sermão XXVII (do Rosário)*, o jesuíta, após salientar o caráter degradante desse “comércio desumano”, pinta, com cores fortes, um quadro pouco abonador das relações entre senhores e escravos:

Já se depois de chegados olharmos para estes miseráveis e para os que se chamam senhores, o que se viu nos dois estados de Job, é o que aqui se representa a fortuna, pondo juntas a felicidade e a miséria no mesmo teatro. Os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banquetear-se, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para o açoite, como estátuas da soberba e da tirania, os escravos prostrados, com as mãos atadas atrás como imagens

vilíssimas da servidão e espetáculos da extrema miséria. (1921, v. 2, p. 318-319)

No mesmo período em que Vieira expressava suas nem sempre coerentes opiniões sobre a escravidão, Gregório de Matos, com um olhar descritivo acurado e satírico, retratava algumas cenas da vida do negro na “cidade da Bahia”. Os versos do poeta baiano nos oferecem a mais ampla galeria de *figuras negras* da poesia colonial. É fundamental assinalar, no entanto, que a presença dessas *figuras* no cotidiano da cidade suscita, na maior parte das vezes, comentários pouco simpáticos do irreverente vate. No mundo poético por ele construído, os negros e mulatos são quase sempre associados a aspectos negativos. São ligados, por exemplo, à moral frouxa da sociedade baiana:

Muitos Mulatos desavergonhados
Trazidos pelos pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda picardia.

Estupendas usuras nos mercados
Todos, os que não furtam, muito pobres,
E eis aqui a cidade da Bahia; (v. 1, p. 33)

às crendices e bruxarias que grassavam no seio da população:

Que de quilombos que tenho
com mestres superlativos
nos quais se ensinam de noite
os calundus, e feitiços.
Com devoção os freqüentam
mil sujeitos femininos
e também muitos barbados (...)
Não há mulher desprezada,
galã desfavorecido,
que deixe de ir ao quilombo (...)
E gastam pelas patacas
com os mestres do cachimbo (...); (v. 1, p.44)

aos desregramentos sexuais de alguns indivíduos:

Cá temos averiguado
que os vossos concubinatos
são como um par de sapatos
um negro, outro apolvilhado:
de uma, e outra cor calçada
saís pela porta fora,
hora negra, e parda hora,
que um zote camaleão
toda a cor toma, senão
que a da vergonha o não cora.

Vossa luxúria indiscreta
é tão pesada, e violenta,
que em dois putões se sustenta
uma mulata, e uma preta (...); (v. 1, p. 230)

ao abuso das bebidas alcoólicas:

Tornaram-se a emborrachar
as Mulatas da contênda,
elas não tomam emenda,
pois eu não ei de emendar:
o uso de celebrar
àquela Santa, e a esta,
com uma, e com outra festa
não é devoção inteira,
é papança, é borracheira
dar de cu, cair de testa; (v. 1, p. 479)

e a um sem-número de outros males. A Matos muito incomodava também a mistura de raças que marcava a sociedade local. Dos inúmeros versos que dedicou a esse tema, merecem destaque, pelo seu caráter exemplar, aqueles compostos quando de sua partida para o exílio em Angola:

Não sei, para que é nascer
neste Brasil empestado
um homem branco, e honrado
sem outra raça.

Terra grosseira, e crassa
que a ninguém se tem respeito,
salvo quem mostra algum jeito
de ser mulato. (v. 2, p. 1164)

Podemos ainda encontrar na obra desse vate baiano referências a moleques, a prostitutas negras, a procissões organizadas por africanos, ao tráfico negreiro, ao tratamento dispensado pelos senhores aos seus escravos, a negras feiticeiras, a escravas fujonas e, sobretudo, a mulatas.² Esse último tipo, de longe o mais freqüente na sua obra, talvez seja o único que goze de uma relativa simpatia. Relativa, na medida em que, no universo poético de Matos, é praticamente impossível dissociar mulata, sensualidade e prazeres venéreos. São exemplos dessa associação os poemas “A duas irmãs também Pardas de igual formosura”, “Mulatinhas da Bahia”, “Descreve a jocosidade com que as Mulatas do Brasil bailam o Paturi” e ainda “Indo o poeta passear pela Ilha da Cajaíba, encontrou lavando roupa a Mulata Annica e lhe fez este romance”, no qual se lê a seguinte passagem:

Depois de feito o conchavo
passei a noite com ela,
eu deitado a uma sombra,
ela batendo na pedra.
Tanto deu, tanto bateu
co’a barriga, e co’a as cadeiras,
que me deu a anca fendida
mil tentações de fodê-la.
Quando lhe vi a culatra
tão tremente, e tão tremenda,
punha eu os olhos em alvo,
e dizia, Amor, paciência (...). (v. 2, p. 1065-1066)

3. Os escritos do século XVIII

Aproximadamente duas décadas depois da morte de Gregório de Matos, o jesuíta italiano João Antônio Andreoni publicava, sob o pseudônimo de André João Antonil, o seu *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas* (1711). Nesse interessante estudo sobre a economia brasileira do início do século XVIII, o autor nos oferece, no tocante aos negros, um

quadro complementar àquele pintado pelo poeta baiano. Antonil, ao analisar as diversas fontes de riquezas do Brasil setecentista (açúcar, gado, tabaco e ouro), põe em cena o escravo rural no seu labor diário. Logo no capítulo primeiro, intitulado *Do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real*, o jesuíta, ao listar as muitas e avultadas despesas que tinham os proprietários rurais no Brasil, dá-nos uma idéia do número de escravos negros que eram absorvidos por cada um dos engenhos locais:

Servem ao senhor do engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores (...). Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos e farda, medicamentos, enfermeiro, e para isso são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. (1989, p. 23-24)

Mais adiante, no capítulo IX, Antonil, atento à completa dependência dos engenhos em relação à mão-de-obra africana, oferece ao leitor algumas informações sobre esses trabalhadores. Ficamos a saber, então, que os negros Ardas e os Minas são robustos; os de Cabo Verde e São Tomé, mais fracos; os de Angola, habilitados para os ofícios mecânicos; e os Congos, industriais e bons, ideais para as oficinas e para o manejo da casa. No tocante à conduta, o italiano comenta que, ao chegarem de África, os negros eram fechados e rudes, mas que a maior parte deles, em poucos anos, se adaptava e se mostrava apta a realizar qualquer atividade, inclusive a aprender a doutrina cristã (cf. p. 39-40). Dos mulatos nascidos no Brasil, afirma:

Melhores (...) são para qualquer ofício (...); porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos (...). E, contudo, eles e elas

da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte, porque com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias, e talvez dos seus mesmos senhores, os enfeitçam de tal maneira que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam (...). (...) o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas, salvo quando, por alguma desconfiança ou ciúme, o amor se muda em ódio (...). (p.40)

Na sequência desse capítulo, Antonil aborda ainda o perigo representado por algumas mulatas forras ("capazes de causar a ruína de muitos senhores"), descreve as várias possibilidades de casamento entre escravos, passa a uma análise do acesso que esses têm aos ensinamentos e às práticas da fé católica, tece alguns rápidos comentários sobre os castigos comumente impingidos aos indisciplinados e fujões, aponta os aspectos positivos e negativos de se permitir que os cativos tenham os seus folguedos e arremata com uma pequena nota sobre o hábito das escravas de provocarem abortos (cf. p. 41-44).

No livro, encontramos também, além de um avultado número de referências às diversas atividades desenvolvidas pelos escravos nos engenhos, algumas notas sobre a participação desses elementos no cultivo do tabaco e na exploração das minas. No referente às minas, o jesuíta, antecipando um comentário de Rocha Pita sobre o despovoamento dos engenhos do Norte após a descoberta do ouro no Sul, observa:

A sede insaciável de ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos (...) que dificulosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão (...). Cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos e muitos índios (...). (p. 122)

Duas décadas depois de Antonil ter retratado o negro rural, vem à luz a mais lusitana das histórias do Brasil produ-

zidas no período colonial: *A história da América portuguesa* (1730), de Sebastião da Rocha Pita. Composto por dez livros, o trabalho desse historiador baiano, mestre em artes pelo Colégio dos Jesuítas da Bahia e supostamente formado pela Universidade de Coimbra, abre com uma apreciação da terra descoberta por Cabral em 1500 e fecha com uma elogiosa descrição das ações do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses. No livro oitavo, Pita dedica alguns parágrafos à história do quilombo de Palmares, dos primeiros negros amotinados à destruição final pelas tropas governamentais. É essa pequena descrição que interessa aqui apresentar com mais detalhes.

O historiador setecentista começa por descrever como, de um pequeno grupo de 40 negros fugidos dos engenhos de Porto do Calvo nos tempos da invasão holandesa – “brutos” que estimavam “mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens” (p. 214) –, formou-se nas imediações dessa vila, ao longo de 60 anos, uma “verdadeira república”:

... sem a especulação de Aristóteles e de Platão nas suas repúblicas escritas, nem as leis promulgadas na de Atenas por Sólon, na de Lacedemônia por Licurgo, na de Creta ou Cândia por Mimos (...), formaram ... os negros ... nos Palmares uma república rústica e a seu modo bem ordenada. (p. 215)

Essa singular república – “que contava com um conjunto de leis próprias e era governada por um Zombi”, espécie de príncipe, escolhido entre “os varões mais justos e alentados” (p. 215) – semeou por mais de meio século o terror e a aflição entre os fazendeiros da região, causando-lhes enormes prejuízos financeiros. Foi somente sob o governo de Caetano de Melo e Castro que, após sangrentas batalhas, os aquilombados sucumbiram. Isso após o suicídio do Zombi e dos seus guerreiros mais valorosos.

Entraram (...) encontrando alguma resistência dos negros, inferior à que presumiram; porque o seu príncipe Zombi com os mais esforçados guerreiros e leais súditos, querendo obviar o ficarem cativos da nossa gente, e desprezando o morrerem ao nos-

so ferro, subiram à sua grande eminência e voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perdê-la aos nossos golpes. (p.219)

Ainda segundo o historiador baiano, a vitória das tropas governamentais foi motivo de grande júbilo para Melo de Castro que, avisado do ocorrido, “recebeu a nova com públicas demonstrações, lançando do palácio dinheiro ao povo, e fazendo depois procissão solene de ação de graças” (p. 219).

Além dessa descrição, curiosa sobretudo se tivermos em mente que ela foi escrita escassas três décadas depois do ocorrido, *A história da América portuguesa* traz ainda, no que se refere aos negros, uma nota sobre a difícil situação em que viviam os senhores de engenho – classe à qual pertencia Rocha Pita – após o descobrimento das minas:

... comprando as pessoas que vão para as Minas do Sul, e outras que dela vêm para esse fim, por excessivos preços, escravos do gentio de Guiné, que se conduzem da Costa de África, e carecendo de muitos as fábricas das canas e dos engenhos, se foi diminuindo a cultura do açúcar, de forma que alguns dos senhores destas propriedades, não tendo negros com que as beneficiar (...), as deixaram (...). (p. 232)

Para encerrarmos esta vista de olhos sobre os escritos do período colonial, debruçemo-nos agora sobre a produção poética da chamada *Escola Mineira*. Os poetas agrupados sobre esse rótulo não foram tão pródigos como Gregório de Matos no espaço que em suas poesias concederam ao negro. Somente em dois poemas dessa *Escola* o africano ocupa um lugar de destaque: no *Caramuru* (1781), de Frei Santa Rita Durão, e no *Quitubia* (1791), de José Basílio da Gama. No poema épico de Durão, dedicado a cantar os feitos de Diogo Álvares (o Caramuru), aparece, no canto IX, a figura do herói negro Henrique Dias, cuja decisiva participação na guerra contra a dominação holandesa em Pernambuco inspira os seguintes versos do Frei:

Nomeou Cabos, Tropas, Companhias,
Pediú socorros, e invocou prudente,
Expondo do Holandês as tiranias
O governo Brasíliaco potente:
Avisa sem demora Henrique Dias,
Capitão dos Etíopes valente (...). (p. 266)

Em seguida, ao descrever a batalha travada contra os holandeses, Durão faz uma segunda referência ao “valeroso” africano:

Não Sofreu Henrique Dias, que observava
Do novo chefe a intimação constante:
E de um tiro, que fero lhe apontava,
Derriba morto o intrépido Almirante (...). (p. 277)

Basílio da Gama, no seu *Quitubia*, nos traz um outro herói negro: Domingos Ferreira da Assunção, o capitão angolano que, a serviço da Coroa Portuguesa, se destacara na *Guerra Preta*. Acompanhemos a segunda estrofe desse poema, onde o autor põe em relevo a grandeza do herói:

Esforçado Quitubia, o Tejo sabe
Quanto valor em teu peito cabe.
Herdaste de teu Pai o nome e o brio,
Que foi terror do pérfido gentio;
Fez-lhe sentir da nossa espada o peso;
E levando nas mãos o Raio aceso
Queimou a corte da feroz Rainha.
Mas tu ganhaste, além do que ele tinha,
Novo direito à Imortalidade.
É teu brasão a tua lealdade;
O título que tens compraste a tua glória.
Que ainda que essa cor escura o encobre,
Verteste-o por teu Rei: é sangue nobre. (p. 21-22)

Excetuando essas duas composições, o negro aparece nas poesias dos mineiros apenas em referências esparsas. Tomás Antônio Gonzaga, por exemplo, nos muitos versos que dedicou a Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, a *Marília* de suas

Liras, só faz menção aos escravos numas poucas estrofes, em que o poeta descreve algumas atividades por eles executadas:

Tu não verás, Marília, cem cativos
Tirarem o cascalho e a rica terra,
Ou dos cercos dos rios caudalosos,
Ou da minada serra.

Não verás separar ao hábil negro
Do pesado esmeril a grossa areia,
E já brilharão os granetes de ouro
No fundo da bateia.

Não verás derrubar as virgens matas,
Queimar as capoeiras inda novas,
Servir de adubo à terra a fértil cinza,
Lançar os grãos nas covas.

Não verás enrolar negros pacotes
Das secas folhas do cheiroso fumo;
Nem espremer entre as dentadas rodas
Da doce cana o sumo. (p. 167)

No poema satírico *Cartas chilenas* (1788), ao contrário, o poeta põe em cena uma variada gama de figuras negras: são “quitandeiras” que se vestem ricamente graças a alguns amigos bem nascidos, mulatas que dançam lundus e “fazem coisas mais feias que a modéstia oculta”, negras e “vis mulatas” que recebem visitantes em choupanas suspeitas, “escravas já velhas” que são vendidas pelos senhores que ajudaram a criar e escravos que lotam a grande e suntuosa cadeia mandada construir pelo governador (cf. p. 199, 217, 271, 286 e 175). Acompanhe-mos, como ilustração, a passagem em que Gonzaga menciona este último tipo:

Quer... [o governador] ... cópia de forçados que trabalhem
E manda a um bom cabo que lhe traga
A quantos quilombolas se apanharem (...).
Enche a cadeia de alentados negros.

Não se contenta o cabo com trazer-lhe
Os negros que têm culpas, prende e manda
Também, nas grandes levas, os escravos
Que não têm mais delitos que fugirem
Às fomes e aos castigos, que padecem
No poder de senhores desumanos.
Ao bando dos cativos se acrescentam
Muitos pretos já livres e outros homens (...). (p. 176)

Nas poesias dos três restantes membros da dita *Escola Mineira*, Claudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto, a presença do negro é quase acidental. O primeiro menciona-o numas poucas linhas do poema *Vila Rica* (1773), épico que narra a descoberta do ouro e a fundação da Capital das Minas, quando se refere ao trabalho de extração do precioso metal:

Passa este quadro, e logo outra pintura
Nova imagem propõe, nova figura,
Que retrata uns mortais de negras cores,
Regando o aflito rosto de suores
À força das fadigas, com que cavam
As brutas serras, e nos rios lavam
As porções extraídas, separando
As pedras do metal, que andam buscando. (v. 2, p. 213)

Silva Alvarenga faz-lhe uma alusão distante no poema heróico-cômico *O desertor das Letras* (1774), uma sátira aos métodos e teorias da educação vigentes na Universidade de Coimbra antes da reforma levada a cabo pelo Marquês de Pombal. A alusão tem lugar quando o herói, Gonçalo, e alguns companheiros, após uma agitação de rua, são conduzidos para a prisão:

Soa nas costas dos heróis valentes
O duro azambujeiro, e são levados
Ao som terrível de insultantes gritos
Para a escura prisão que os esperava.
(...) Com vagaroso passo todos marcham,
Como as ovelhas por caminho estreito.

Tal depois da ruína de um quilombo
Vem a indômita plebe da Etiópia (...). (p. 46)

Somente Alvarenga Peixoto dedica ao negro um espaço ligeiramente mais significativo. No seu poema *Canto Genetliáco*, escrito em 1782 por ocasião do nascimento do filho do Governador de Minas D. Rodrigo de Meneses, encontramos a seguinte oitava:

Esses homens de vários acidentes,
Pardos e pretos, tintos e tostados,
São os escravos duros e valentes,
Aos penosos serviços costumados:
Eles mudam aos rios as correntes,
Rasgam as serras, tendo sempre armados
Da pesada alavanca e duro malho
Os fortes braços feitos ao trabalho. (p. 256)

4. Nota conclusiva

Terminado o século XVIII, a presença dos negros e mulatos nos escritos produzidos em solo brasileiro era ainda insignificante. Se levarmos em conta que entre os anos de 1761 e 1800 o Brasil havia importado 725.000 escravos de África e que, em 1798, numa população de 2.300.000 habitantes, somente 34,8% era composta por brancos (cf. Nizza da Silva, p. 46-48), podemos mesmo afirmar que essa presença era quase nula. Os escritos de José de Anchieta, Fernão Cardim, Gabriel Soares, Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita, na prosa, e da Escola Mineira, na poesia, concederam espaços diminutos aos negros e pardos. Os textos de Vieira e o curioso *Diálogo das grandezas do Brasil* foram um pouco mais generosos, generosidade, no entanto, nem de longe proporcional à significativa presença desses indivíduos no seio da população colonial. Somente Gregório de Matos e Antonil não se mostraram indiferentes a esse fato numérico.

No que se refere ao conteúdo das referências citadas, sem entrar aqui numa análise detalhada, pode-se dizer que, no geral, os autores limitam-se a constatar a existência do elemento

africano, seja como um possível fiel (*fiel não preferencial*) a ser convertido, como parte da paisagem local, como força de trabalho indispensável para o andamento da economia colonial, como foco de desordem, ou ainda como membro ativo do cotidiano de uma cidade onde seu número era avultado, Salvador. Só em Vieira percebemos uma posição em relação à escravidão, todavia, com todas as contradições que assinalamos.

Foi preciso esperar pelo século seguinte para que uma tematização mais intensa da escravidão e do escravo tivesse lugar e, além da mera constatação da sua existência, o africano e seus descendentes passassem a suscitar uma reflexão mais profunda. Só então as belas-letras, utilizando imagens às vezes já presentes nos textos do período colonial, iniciaram o processo de construção sistemática daquilo que podemos denominar *tipos negros*.

NOTAS

¹ Mestre em Sociologia da Cultura e Doutor em Literatura Comparada pela UFMG. É autor dos livros *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, no prelo) e *O Rio de Janeiro colonial sob a ótica dos viajantes (1531-1800)* (Rio de Janeiro: UERJ; José Olímpio, no prelo).

² Cf. 1990, p. 466 (moleques); p. 217, 230, 294, 299, 439, 731, 820, 839, 852, 854, 858, 861, 870 e 935 (prostitutas negras); p. 474 e 1192 (procissões organizadas por africanos); p. 866 (negras feiticeiras); p. 818 (mulatas fujonas); p. 44, 46 e 47 (tratamento dispensado aos escravos); p. 862, 958, 1009, 1069 e 1169 (mulatas).

TRABALHOS CITADOS

ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. *Obras poéticas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1864. 2v.

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

ANÔNIMO (atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão). *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1930.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Alfa, 1989.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

COSTA, Claudio Manuel da. *Obras poéticas de Claudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903. 2t.

DURÃO, Frei José de Santa Rita. *Caramuru*: poema épico do descobrimento da Bahia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

GAMA, José Basílio da. *Quitubia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1973.

- GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu e mais poesias*. 3.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982.
- MATOS, Gregório de. *Obra poética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990. 2v.
- PEIXOTO, Ignácio José de Alvarenga. *Obras poéticas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *O império luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.
- SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 3.ed. São Paulo: Editora da Companhia Nacional, 1938.
- VIEIRA, Padre Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Coimbra: Editora da Universidade, 1926. 3t.
- VIEIRA, Padre Antônio. *Vieira brasileiro*. Paris: Aillaud et Bertrand, 1921. 2v.
- VIEIRA, Padre Antônio. *Vozes saudosas, da eloquência, do espírito, do zelo, e eminente sabedoria do Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus*. Lisboa: Oficina Miguel Rodrigues, 1736.